em que:

CFE = classificação final do estágio;
RE = relatório de estágio;
CS = classificação de serviço.

11.4 — Decorrido o ano de estágio, o candidato admitido dispõe do prazo máximo de 30 dias para apresentação do respectivo relatório de estágio.

12 — As listas relativas a este concurso serão afixadas no *placard* da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, no Edifício dos Paços do Município de Santiago do Cacém, e publicitadas nos termos legais.

13 — Atendendo ao disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, os candidatos portadores de deficiência com grau de incapacidade igual ou superior a 60% têm preferência em igualdade de classificação, devendo os candidatos declarar, no requerimento de admissão ao concurso, o grau de incapacidade e tipo de deficiência.

14 — Ao concurso são aplicáveis as regras dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, 412-A/98, de 30 de Dezembro, 29/2001, de 3 de Fevereiro, e 265/88, de 28 de Julho.

15 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 de Janeiro de 2007. — A Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Guilhermina Vicente.*

1000309820

Aviso (extracto) n.º 1286/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de coveiro do grupo de pessoal auxiliar

Para os devidos efeitos se torna público que, pelo despacho n.º 256/DGRH/SGC/2006, da vereadora com competência delegada na área dos recursos humanos, de 5 de Dezembro, foi nomeado para o lugar vago o candidato Agostinho de Magalhães Alves.

Este candidato deve aceitar o lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República.* (O processo não carece de visto do Tribunal de Contas.)

8 de Janeiro de 2007. — A Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Guilhermina Vicente.*

1000309821

CÂMARA MUNICIPAL DE SEIA

Despacho n.º 1310/2007

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com o disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, faz-se público o meu despacho proferido ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, relativo à nomeação para o provimento em cargo de direcção intermédia de 2.º grau.

Considerando que o recrutamento para os cargos de direcção intermédia de 2.º grau, designadamente o de chefe de divisão, é efectuado entre funcionários dotados de competência técnica, perfil e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo adequadas ao desempenho das respectivas funções;

Considerando que foram cumpridos os procedimentos de selecção consagrados no n.º 1 dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, visando o provimento do cargo de chefe de divisão de Obras Particulares e Urbanismo;

Considerando que o arquitecto Rui Jorge Simões Pais Figueiredo reúne os requisitos legais previstos para a área de recrutamento dos cargos de direcção intermédia e detém o perfil, experiência profissional e conhecimentos específicos adequados ao cargo que se pretende prover, como se evidencia através do currículo anexo ao presente despacho;

Considerando que existe cabimento orçamental, como consta da informação do responsável pela Divisão Financeira:

Determino, no uso da competência que me é conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ao abrigo do estipulado pelo n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, a nomeação em comissão de serviço e pelo período de três anos para o cargo de chefe de divisão de Obras Particulares e Urbanismo do arquitecto Rui Jorge Simões Pais Figueiredo, técnico superior assessor (arquitecto) do quadro privativo da Câmara Municipal de Seia.

Nos termos do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, o provimento é feito por urgente conveniência de serviço a partir da data do presente despacho de nomeação.

7 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Eduardo Mendes de Brito.*

ANEXO

Nota curricular

Nome — Rui Jorge Simões Pais Figueiredo.
Naturalidade — São Sebastião da Pedreira, Lisboa.
Habilitações académicas — licenciatura em Arquitectura.
Percurso funcional:

De Março a Outubro de 1982, desempenhou funções de tarefeiro do Parque Natural da Serra da Estrela, no âmbito dos estudos preliminares do respectivo Plano de Ordenamento;

Em Novembro de 1982, ingressou no quadro do gabinete de apoio técnico de Seia na carreira de técnico superior;

Em 1 de Outubro de 1987, ingressou no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Seia na carreira de arquitecto;

Em 6 de Outubro de 1991, é promovido para a categoria de arquitecto de 1.ª classe;

Em Junho de 1997, foi nomeado, por concurso público, declinando a posse, para o lugar de chefe de divisão de Habitação e Urbanismo da Câmara Municipal de Peniche;

Em 17 de Setembro de 1997, é promovido para a categoria de arquitecto principal;

Em 4 de Junho de 2003, é promovido para a categoria de arquitecto assessor;

Em 2 de Janeiro de 2006, foi nomeado, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão de Obras Particulares e Urbanismo da Câmara Municipal de Seia.

3000222822

CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Aviso n.º 1287/2007

Concurso interno de acesso geral para provimento de nove lugares de técnico profissional de 1.ª classe

Torno público, em conformidade com o disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, que, por despacho de 8 de Janeiro de 2007, nomeei para lugares do quadro de técnico profissional de 1.ª classe os candidatos classificados no concurso em epígrafe, a que se refere o aviso de abertura publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 197, de 12 de Outubro de 2006:

Paulo Jorge Aráujo Oliveira.
Teresa Paula Correia do Souto Sá.
Luísa Antónia Sousa Aguiar.
Francisco José Alves Amorim.
Liliana Manuel Sousa Lopes.
Maria Sofia Fernandes Fonseca Castro.
Carlos Manuel Cunha Ferreira.
Carla Sofia Loureiro Campos de Sá.
Isabel Maria Matos Almeida.

12 de Janeiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo.*

3000223979